

# Nietzsche e a pós-verdade

*Nietzsche and the post-truth*

Thiago Mota<sup>1</sup>

## Resumo

As noções de *fake news* e de pós-verdade se referem ao problema das notícias, cada vez mais comuns em nosso cotidiano, que se passam por verdadeiras e exercem efeitos de poder como tal, independentemente de sabermos se elas são verdadeiras ou não. Para discutir tal problema, este artigo parte da crítica de Nietzsche à teoria da verdade como correspondência, destaca, seguindo Foucault, a relação inextricável existente entre verdade e poder, e aponta para uma concepção perspectivista de verdade, que nos parece não só mais apta a descrever o que se passa com as *fake news*, mas também a fornecer um critério de decisão entre perspectivas no plano mais amplo do conhecimento. Concluimos, assim, que mais do que as supostas isenção e objetividade jornalísticas, é a sinceridade a respeito dos próprios interesses e impulsos que aparece como critério de decisão e como ponto de partida para uma ética perspectivista.

**Palavras-chave:** Ética. Mídia. Perspectivismo. Poder. Verdade

## Abstract

The notions of *fake news* and post-truth refer to the problem of the increasingly common in our daily lives' news, which pass for truth and exert power effects as such, regardless of whether we know if they are true or not. To discuss that problem, this article starts from Nietzsche's critique to the theory of truth as correspondence, highlights, following Foucault, the inextricable relation between truth and power and points to a perspectivist conception of truth, which seems to us not only more apt to describe what is going on with *fake news*, but also to provide a decision criterion between perspectives in the broader plane of knowledge. Therefore, we conclude that more than the supposed journalistic exemption and objectivity, it is the sincerity about your own interests and impulses that appears as a decision criterion and a starting point for a perspectivist ethics.

**Keywords:** Ethics. Media. Perspectivism. Power. Truth.

---

## Introdução

Os pontos de partida deste texto são a formação, em 2020, de uma CPMI acerca das chamadas *fake news* e a inclusão, em 2016, do verbete “pós-verdade” no Dicionário Oxford da

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, CE, Brasil. E-mail: thmotafs@gmail.com.

língua inglesa. Tendo isso em vista, procura-se retomar o problema filosófico da verdade – O que é verdade? Como podemos estar seguros de que o que sabemos é verdadeiro? –, atravessando algumas ideias de Nietzsche e, em menor medida, de Foucault, o que resulta em uma crítica à teoria da verdade como correspondência. É aí que a noção nietzschiana do que é “tido como verdadeiro” (*Für-Wahr-Halten*) intervém de um modo decisivo. Ora, essa noção tem praticamente o mesmo significado que *fake news*, isto é, notícias que não se sabe se são ou não verdadeiras, mas que são tidas como se fossem. É interessante notar que, independentemente de podermos verificar essas verdades, elas produzem efeitos de poder como se fossem verdadeiras, sendo nisso semelhantes a noções como “Deus”, “Estado”, “direito” ou “loucura”.

As críticas feitas por Nietzsche à concepção tradicional de verdade implicam a impossibilidade de uma refutação da pós-verdade em termos correspondenciais, uma vez que não temos acesso ao fato relatado por uma notícia, senão através de uma notícia. Entretanto, isso não significa que se deva aceitar como verdadeiro todo tipo de notícia que apareça. Toda verdade produzida pela mídia, toda notícia é o resultado de um certo recorte ou enquadramento da realidade, ou seja, é uma certa perspectiva, que se atrela inevitavelmente a algum interesse natural, histórico, vital. Por essa razão, antes de estar vinculada a valores como objetividade e isenção jornalística, a ética da mídia deveria estar ligada, em primeiro lugar, à sinceridade e respeito de como esses interesses vitais são veiculados pelas notícias que são difundidas. É essa sinceridade que é um dos valores básicos daquilo que se pode chamar de uma “ética perspectivista”, a qual pode ser aplicada à prática midiática, mas também além dela.

Assim, de início, este artigo discute a relação de incompatibilidade entre as noções de *fake news* e de verdade como correspondência, bem como a inviabilidade do uso desta para criticar aquelas. Em seguida, trata-se dos efeitos de poder que alguns discursos podem adquirir, independentemente de que se saiba se eles são verdadeiros ou não. Depois disso, aborda-se o sentido e as implicações da reação da mídia em relação à propagação da pós-verdade. E, por fim, o texto indica algumas pistas no que concerne à construção de uma ética perspectivista, em a sinceridade desponta como valor central.

### **1. Fake news e verdade como correspondência**

Começamos com algumas informações que não são *fake*. Tramita atualmente no Congresso Nacional uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, designada como CPMI das *Fake News*, que tem como finalidade:

Investigar, no prazo de 180 dias, os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio. (SENADO, 2020)

Embora as *fake news* ainda não tenham se tornado um tipo penal específico, essa CPMI sinaliza o reconhecimento de que há problemas políticos e jurídicos implicados. O cerne da questão são os ataques cibernéticos e as práticas de *cyberbullying* direcionados a agentes públicos, que muitas vezes são utilizados como táticas de marketing eleitoral. E essas táticas têm se mostrado, cada vez mais, decisivas.

Todos os sinais são no sentido de alertar que as *fakes news* são perigosas, sobretudo, no que concerne à política. Por exemplo, uma notícia sobre um político que se imagina que é verdadeira, mas que se revela depois falsa, pode efetivamente destruir uma candidatura, antes que a “verdade dos fatos” venha à tona. Foi isso o que aconteceu na disputa entre Hilary Clinton e Donald Trump, nas últimas eleições norte-americanas. A notícia sobre Hilary era falsa, mas foi tida como verdadeira e isso foi o suficiente para que dela decorressem efeitos reais. No caso, parte do eleitorado de Hilary foi levado a mudar de voto. Trata-se aí da questão dos *Big Data* e de sua utilização na produção de *fake news*, de acordo com estratégias de marketing político. Faz tempo que existem empresas especializadas em prestar esse tipo de serviço, como é o caso da Cambridge Analytica, do Reino Unido, que teve participação decisiva na vitória, até aqui, parcial do Brexit. É devido a isso que muitos parlamentares da atual CPMI das *fakes news* têm denunciado a existência de “milícias jornalísticas”, com forte atuação nas redes sociais, que seriam especializadas em destruir reputações e em difamar políticos.

A noção de *fake news* emergiu no debate público há poucos anos, juntamente com a noção de *pós-verdade*. O Dicionário Oxford passou a incluir o verbete *post-truth*, a partir de 2016, quando foi considerada a “palavra do ano”. O significado atribuído ao termo é o seguinte: “Adjetivo. Relacionado a ou que denota circunstâncias em que os fatos objetivos têm menos influência da modelagem da opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal” (OXFORD, 2020). O que essa definição sugere é que as *fake news* não são apenas notícias falsas, mas em certo sentido, “pós-verdadeiras”. Em outras palavras, são notícias falsas ou notícias que não se sabe se são realmente verdadeiras, são notícias cuja veracidade não deriva de “fatos objetivos”, mas de apelos à emoção e à fé, notícias que passam por verdadeiras, sem “de fato” serem.

Além disso, a noção de pós-verdade aponta para uma espécie de era, que já foi chamada de “era da pós-verdade”, em que a verdade teria se tornado obsoleta e inútil, sobretudo,

do ponto de vista daqueles que exercem o poder. Com efeito, a história política da verdade, isto é, a história das relações entre a verdade e o poder, é bastante complexa. De saída, no campo da política, não é possível se restringir à concepção da verdade como correspondência. A política é o campo de quem legisla e não se legisla a partir de uma verdade dada. Pelo contrário a lei, em certa medida, institui o que é verdadeiro. A verdade não antecede a lei, mas a sucede, na medida em que, devido ao princípio da irretroatividade da lei, sempre se legisla acerca do futuro. O político cujo discurso visa lançar as bases para uma sociedade mais livre, mais igualitária, mais justa etc., também se refere ao futuro e fala, necessariamente, daquilo que ainda não é verdadeiro, ou ainda, que no presente não corresponde a nada. Em política, a verdade jamais se restringiu àquilo que corresponde a um fato objetivo. Pode-se dizer, portanto, que, em política, a verdade é, quase sempre, da ordem de uma construção, de uma invenção, de uma promessa, e quase nunca da ordem de uma descoberta.

Isso pode ser ilustrado por uma anedota sobre o deputado Ulysses Guimarães, da época em que a atual Constituição brasileira estava sendo elaborada. Narra-se que certa vez ele teria sido questionado por um entrevistador nos seguintes termos: “Dr. Ulysses, atribui-se ao senhor a autoria da frase ‘Em política, mais importantes do que os fatos são as versões’. É verdade?” Ao que ele teria respondido: “É o que dizem”. Político experiente, ao invés de dar fim a uma polêmica sobre o que pode ser considerado como a pós-verdade *avant la lettre*, Dr. Ulysses preferiu simplesmente continuá-la. Esse exemplo serve para mostrar que a pós-verdade é algo que existe há muito mais tempo do que se imagina atualmente e que a principal dificuldade existente em se falar de uma “era da pós-verdade” está em estabelecer quando essa era começou, pois talvez a chamada “pós-verdade” seja tão antiga quanto a própria política e tenha sua história, em grande parte, confundida com a dela.

Por ter criticado a ideia de uma verdade última, fundamental e absoluta, e por ter entendido a verdade como criação e como produção de sentido, Nietzsche é lembrado, às vezes, como uma espécie de apologista da pós-verdade e das *fake news*. Consideramos que esse raciocínio está redondamente equivocado. O equívoco parte da própria concepção de “pós-verdade” como uma novidade, quando, na prática, ela acrescenta muito pouco em relação ao que Nietzsche ainda no século XIX e outros, antes dele, já haviam descrito. Quando se tem isso em mente, a noção de “pós-verdade” se mostra um tanto inócua. Com efeito, ela não resulta de nenhuma elaboração filosófica, mas é antes um constructo da mídia. Mídia essa que levanta a bandeira de uma luta contra a pós-verdade, em nome de todos e no interesse da verdade verdadeira, da isenção e da objetividade, mas que todos sabemos que está longe de ser kantiana e, portanto, tem seus interesses.

Podemos perguntar: que concepção de verdade alicerça esses princípios jornalísticos e a própria noção de pós-verdade? Ora, não é nenhum pouco difícil responder a essa pergunta. A concepção acrítica que a mídia pressupõe é a mesma que se encontra, em larga escala, no senso comum, ou seja, o correspondencialismo, que por sua vez se baseia em uma metafísica da substância. Ou seja, para a mídia, verdadeira é a notícia que corresponde a uma realidade que é constituída por fatos em sentido substancial. A notícia que não corresponde a tal realidade é falsa. Portanto, a correspondência é o critério para se distinguir entre *news* (verdade) e *fake news* (falsidade). Parece estar tudo certo, mas não é tão simples assim. A teoria correspondencial da verdade pressupõe que temos, de algum modo, acesso direto aos fatos que comparamos a uma notícia para saber se ela é verdadeira ou falsa. O problema é que não temos.

## 2. Discursos de verdade, efeitos de poder

Deixando de lado a aporia a que chega a teoria da verdade como correspondência, podemos dizer que uma das principais intuições de Nietzsche reside na constatação de que um enunciado, uma informação, uma notícia não precisa ser verdadeira para ser tida como se fosse. Com efeito, não a verdade, mais o que é “tido como verdadeiro” (*Für-Wahr-Halten*) é o alvo de suas reflexões. O termo *fake news* designa exatamente o mesmo: uma informação que não se sabe se é verdadeira ou não, mas que, independentemente disso, conta como se fosse.

Sob esse aspecto, o que Nietzsche procurou pensar foi o seguinte. Há casos em que uma relação de correspondência não pode ser constatada. Também há casos em que relações de correspondência, que eram tidas como certas, depois foram desmentidas. Enfim, há casos como esses, nos quais o discurso, que pressupõe essa relação de correspondência contestada ou contestável, ainda assim “vale como verdadeiro”. Em um fragmento póstumo do outono de 1887, Nietzsche (FP 1887 9[41]) chama isso de *Für-Wahr-Halten*. É algo como “valer como verdadeiro”, “passar por verdade”, “ser considerado verdade”, sem que no entanto se possa sabê-lo. O exemplo fundamental disso é o conceito de “Deus”. Pode-se dizer que mesmo que Deus nunca tenha existido, mesmo que já se tenha provado isso ou que, um dia, a ciência prove isso, mesmo assim o conceito de “Deus”, os enunciados e os discursos que o empregam, não deixarão de ter produzido efeitos de verdade ou de ter “valido como verdade” (*für-wahr-gehalt*). Pelo contrário, é possível que esses discursos tidos por verdadeiros continuem a produzir efeitos que podem ser designados como “efeitos de verdade”. Não é verdade, mas produz efeitos como se fosse (Feuerbach e Marx parecem encaminhar a discussão acerca da “alienação”, mais ou menos, nesse sentido. A discussão sobre “ideologia” também passa por aí).

Cabe observar que isso não diz respeito ao “valor de verdade”, no sentido da lógica, desses enunciados. Esses “efeitos de verdade” se produzem, por assim dizer, fora do reino da lógica ou de acordo com uma “logicidade” que eles mesmos tentam instaurar, independentemente de os enunciados respectivos serem verdadeiros ou falsos. E que “efeitos de verdade” são esses que tais enunciados indeterminados ou indetermináveis produzem? Não são “efeitos de verdade” simplesmente, mas também “efeitos de poder”. Daí que Nietzsche diga que “vontade de verdade é vontade de poder”. Muitas vezes, não se quer a verdade pela verdade. Por exemplo, em geral, não se quer ter a verdade sobre Deus simplesmente para ter a verdade. O que se quer é exercer o poder que é conferido àquele que detém a verdade sobre Deus. E veja que esse “poder sobre a verdade acerca de Deus” pode ser exercido até mesmo pelos ateus. Que interesse há em dizer que “Deus está morto”? Não há interesse algum em dizer isso. O que se quer dizer é que a verdade está morta, isto é, que a verdade enquanto Deus, para nós, morreu.

Em outras palavras, quando a verdade de um enunciado é uma evidência, como é no caso das tautologias, da falsidade das contradições e de enunciados fáticos simples como “Isto é uma frase”, praticamente, não há disputa acerca disso. É preciso mostrar que isso não é uma banalidade para que as pessoas passem a discuti-lo. Nesses casos, podemos facilmente admitir relações correspondenciais e dizer que uma certa frase é verdadeira ou que ela é falsa. Talvez, Popper dissesse, só ela é verdadeira porque ainda não foi refutada, a sua veracidade não foi questionada. Se há ou não uma relação de correspondência, isso é um problema a ser resolvido por uma teoria da verdade como correspondência. Mas o ponto de vista que se quer propor não é esse e ele nem valida nem invalida o ponto de vista desta ou de qualquer outra teoria da verdade. É antes uma tentativa de apreender uma outra faceta desse mesmo problema, digamos, aquele plano em que a verdade é uma interface do poder. Portanto, talvez possamos dizer que o questionamento que interessa a alguém como Nietzsche ou Foucault começa quando chegamos às verdades disputadas ou disputáveis.

Em nossos dias, parece ser notório que “Deus” é uma dessas “verdades disputáveis”. Mas, como disse, esse tipo de fenômeno do valer como verdadeiro (*Für-Wahr-Halten*) é mais frequente do que em geral se imagina. Vejamos alguns exemplos. O “Estado”: a que fato ele corresponde? Sem dúvida, não é algo fácil de se ver. Independentemente disso, em torno do “Estado” constrói-se um discurso e uma série de práticas que empregam esse conceito e que exercem poder, que é feito para exercer poder sobre as pessoas de maneira muito real e muito concreta, como se fosse uma verdade inquestionável. Haja vista as guerras protagonizadas pelo “Estado”, desde que o discurso e a prática ligadas a esse conceito nasceram. Portanto,

independentemente de o “Estado” ser real ou não, corresponder ou não, esse termo, esse “significante”, diria talvez um psicanalista, exerce seus efeitos no real.

O mesmo também vale, por exemplo, para o “direito”. A que fato o direito corresponde? O direito, no dizer dos juristas, é norma. Pois bem, não é da definição da norma, do valor, não ser um fato? Pelo motivo de que não correspondem a um fato, podemos dizer que os valores, o direito, a moral, a estética, não existem? Por outro lado, em que sentido eles existem, se não é como fatos? Eles existem como nomes, mas não nomes quaisquer, e sim nomes que possibilitam o exercício do poder ou o governo dos homens. Aliás, podemos dizer o mesmo a respeito do próprio conceito de “homem”, que não é eterno. Essa coisa indeterminada que só pode ser uma série caótica de fatos, se for da ordem de um fato, a que os discursos das ciências humanas vêm chamando de “homem”, mais ou menos, desde o final do século XVIII, pois bem, o “homem” enquanto conceito, não enquanto coisa, enquanto objetivação, nem sempre existiu e talvez já esteja perto de desaparecer.

Generalizando, dir-se-ia que abstrações históricas, universais históricos, não existem como fatos constatáveis e que possam corresponder a um fenômeno diretamente observável. Foucault diz que essa linha de análise constitui uma espécie de “nominalismo histórico”. Universais históricos não existem como fenômenos reais, mas apenas como “nomes”, meras palavras (*flatus vocis*). E qual é a vantagem desse “nominalismo histórico”? É que ele é histórico, quer dizer, ele não vai afirmar apenas que os universais não passam de nomes. Ele vai procurar investigar de que modo foi possível a esses nomes interferir na história, muitas vezes, determinando relações de poder. Se se quiser, o que está em jogo aí não é a questão da verdade *per se*, mas a questão dos efeitos de poder dos discursos considerados como verdadeiros, sejam eles verdadeiros ou não. Pode-se até dizer que o poder produz certas verdades, mas isso não quer dizer que todas as verdades sejam produzidas pelo poder. Quando se diz que a verdade morreu, o que se quer dizer é que as verdades produzidas pelo poder morreram, isto é, não devem mais produzir efeitos, não devemos nos submeter a elas, devemos resistir a elas. A generalização é, de fato, retórica, mas a retórica aí tem, digamos, bons motivos “político-pedagógicos”. Não deixa de haver aí uma certa relação, bizarra por sinal, com o esclarecimento, com o iluminismo, com a *Aufklärung*.

Vejamos outro exemplo, que também tem a ver com o campo da prática, mas, digamos assim, da “prática médica” e, em particular, do saber e das práticas psiquiátricas. Apesar de não ser um campo corriqueiro da discussão filosófica, esse campo exige uma reflexão concernente aos usos da verdade. Falemos, por exemplo, de um conceito, o de “loucura”. O que é a loucura? A loucura existe? A loucura é um fato, uma série de fatos? A que fato o conceito de loucura

corresponde? Muito particularmente a loucura não corresponde a nenhum fato delimitável. O que é um “fato louco”? Uma noção como essa não faria o menor sentido, uma vez que, por definição, a loucura, ser louco ou estar louco é “bordejar” o limite (*to border the line*) e, mais do que isso, é ir além desse limite, além do limite da “sanidade”, da “normalidade”, da “racionalidade”. “O louco é um irracional”: corresponderia esse enunciado a um fato – irracional?! Como, então, pode se construir um discurso que diz a verdade sobre a loucura? A psiquiatria é mesmo a teoria verdadeira da loucura? Como? E, mais do que isso, se a psiquiatria não é o discurso verdadeiro sobre a loucura, que direito ela tem de interferir de maneira tão concreta, tão real, tão individualizada, sobre as pessoas que são diagnosticadas como loucas (hospícios, camisas de força, eletrochoques etc.)? A começar pelos próprios diagnósticos. A que fato corresponde um diagnóstico como: “O paciente está esquizofrênico”? Lembremos como se constrói o conceito de “esquizofrenia”, que é de definição residual, por exclusão. Todos os “pacientes” que não se encaixam em alguma outra categoria de psicose são incluídos pela psiquiatria no rol dos esquizofrênicos! A psiquiatria não define o que é “esquizofrenia”, noção que é um mero nome, um substituto de outro nome, mais popular, que é “loucura”. Como é possível um tal diagnóstico? A que fato ele corresponde? Para que ele possa corresponder a algum fato, no caso, o fato “loucura”, é preciso primeiro que esse fato tenha sido construído como um fato por um certo saber e que, em seguida, tenha sido imposto à realidade por meio de uma prática baseada nesse saber. Agora, como se pode fundar uma autoridade à qual se delega o poder de intervir em nível psiquiátrico (físico, químico e somático) sobre as pessoas? Que direito têm ou tiveram eles de dar choques nas pessoas, em nome da “verdade” e da “ciência”, para curá-las, sem terem a menor ideia do que estavam fazendo? É o intolerável. É o horrendo. Não pode haver nada de mais perigoso. E é praticado em nome da “verdade” e da “ciência”!

A mesma coisa em outros casos também, digamos, macabramente ligados à psiquiatria. São o caso do racismo e da homofobia. Não façamos referência aqui ao que se fala em geral sobre isso, e sim às ciências, às práticas médicas, que, na primeira metade do século XX, eram abertamente racistas. Como um enunciado como: “Todo judeu é uma doença” pôde ser considerado verdadeiro? Sob que hipótese um fato pôde ter correspondido a essa sentença (de morte)? Ou ainda, a psiquiatria homofóbica que, até 1986, considerava o “homossexualismo” uma doença. Novamente, a que tipo de fato esse conceito poderia corresponder? Por que uma relação sexual entre dois corpos de mesma genitália deveria ser considerada uma doença? O que se quer saber aí, não é o que é a verdade, mas qual é o regime,



as regras, os argumentos que possibilitaram que esse tipo de discurso e de prática fosse considerado como “verdadeiro”.

### 3. A campanha da mídia contra a pós-verdade

Nietzsche é um pensador que percebe a existência do que é tido como verdadeiro sem ser, mas isso não significa que ele tenha sido um defensor disso. Pelo contrário, o que ele fez foi a crítica da verdade enquanto o que é tido por verdadeiro sem que saibamos, com absoluta certeza, se há algo que possa ser considerado verdadeiro. Nietzsche analisou a pós-verdade quando ela ainda não tinha esse nome, mas não fez a apologia dela. Ele denunciou toda verdade como pós-verdade, tendo anulado a suposta diferença entre fatos objetivos e apelos emocionais, ou ainda, entre enunciados que correspondem a fatos e enunciados que não correspondem. A crítica de Nietzsche à noção de verdade inviabiliza, portanto, qualquer defesa da pós-verdade, mas inviabiliza também a crítica que se faz, de maneira geral, à pós-verdade. Essa crítica procede de uma concepção correspondencial de verdade, para a qual a pós-verdade deve ser eliminada porque não corresponde aos fatos. Sem dúvida, esses arautos da verdade ficariam surpresos se alguém lhes dissesse que, a rigor, nada corresponde aos fatos, que a própria noção de fato é, em “última instância”, uma construção, e que suas verdades não são assim tão diferentes daquelas que eles repudiam como “pós-verdades” ou “pré-mentiras”.

Voltemos, portanto, à questão das *fake news*, agora em mais detalhes. As *fake news* se opõe às *news*, assim como notícias falsas se opõem a notícias verdadeiras, ou ainda, assim como notícias que não correspondem aos fatos se opõem a notícias que correspondem aos fatos. A mídia, que foi quem primeiro saiu em luta contra as *fake news*, termo que ela se encarregou de popularizar, alega que suas notícias são sempre *news*, ou seja, que elas correspondem efetivamente aos fatos a que se referem. Isso devido à prática de valores como objetividade e a isenção jornalística. No entanto, se tivermos em mente a crítica de Nietzsche, e de outros, à concepção de verdade como correspondência, veremos que a pretensão de veracidade da mídia não se sustenta. Ora, nem mesmo a ciência consegue sustentar essa pretensão, como a mídia poderia fazê-lo?

Cabe observar que os tempos de produção de uma verdade científica e de uma verdade midiática são muito diferentes. O tempo da ciência é lento, leva-se anos para que uma teoria seja admitida por verdadeira (e ela sempre terá algum ponto em disputa). O tempo da verdade midiática é rápido, é o tempo do furo de reportagem, é da ordem do imediato. A apuração dos fatos e a verificação das fontes é inteiramente sumária. Portanto, a verdade midiática precisa satisfazer a muito menos exigências do que a verdade científica ou a verdade judiciária. O

tempo de produção da verdade via processo judicial é lento, em que pesem os pedidos de urgência que podem ser feitos e as medidas saneadoras que podem ser tomadas. Dessas três, ciência, Justiça e mídia, a verdade da mídia é a que é mais hipotética. Porém, se a verdade da mídia é apenas hipotética, em que sentido ela é verdade?

A concepção perspectivista de verdade que se pode depreender de alguns escritos de Nietzsche, como *Além do bem e do mal*, ajuda-nos a explicar isso. Toda notícia da mídia, não importa quais sejam seus graus de objetividade e de isenção – que, em todo caso, serão sempre inferiores aos da ciência e do judiciário –, toda notícia é apenas uma perspectiva, e não a verdade pura e simples a respeito de um assunto. Uma perspectiva implica sempre um certo recorte, uma olhar parcial, uma seleção da realidade e, Nietzsche acrescenta, uma seleção necessariamente arbitrária da realidade, feita em função de um interesse de uma certa forma de vida. Portanto, aquilo que a mídia chama de *news* não é jamais um fato nu e cru, mas uma perspectiva – a perspectiva da mídia – acerca do que efetivamente se passa.

Ora, é não é difícil observar que assim como as *news* são perspectivas, recortes seletivos da realidade, as *fake news* também são perspectivas. Isso significa que se as *news* não são necessariamente verdadeiras (e a história dos equívocos jornalísticos mostra isso), as *fake news* não são necessariamente falsas, ou melhor dizendo, elas não são apenas falsas. Elas são perspectivas, sempre foram. Com efeito, as *fake news*, com esse nome, só se tornaram um problema há alguns, mais especificamente em 2016, no chamado “ano da pós-verdade”. Por que em 2016? 2016 foi o ano em que o usuário médio das redes sociais descobriu como se fabricam notícias e como se inventam verdades. Precisa-se apenas de um pouco – cada vez menos – de tecnologia e de um mínimo de criatividade. Acontece que esse é exatamente o “negócio” dos veículos de mídia em geral: produzir verdades, que supostamente corresponderiam a fatos. De seu lado, a mídia diz que esse não é o negócio dela, mas da ciência. Isso, porém, faz parte do próprio negócio. E a ciência, realmente, nunca conseguiu converter verdades em negócio (*business*) como a mídia faz. Aos olhos do jornalista, o cientista e o intelectual sempre parecem um tanto ingênuos, afinal nem imaginam que todo o seu esforço desinteressado pela “verdade” não vai valer de nada, em nosso mundo, enquanto a verdade científica não tenha sido devidamente diagramada e difundida como “verdade” pela mídia. O jornalista também olha para o político dessa maneira, mas sabe que esse não tem nada ingênuo, nem faz o menor esforço pela verdade, embora construir a verdade seja o interesse básico e atividade típica do bom político no dia-a-dia, é o seu “negócio”, muito mais do que do cientista ou do intelectual. Em todo caso, devido ao instinto de sobrevivência que é altamente aguçado nas empresas capitalistas atuais, ao se ver ameaçada por uma concorrência assimétrica que assalta

precisamente o monopólio da criação da verdade jornalística, naturalmente, a mídia reage. Essa reação assume, já em 2016, a forma de uma campanha contra a pós-verdade e as *fake news* que marcha agora a pleno vapor. No entanto, se fosse levada, coerentemente, até o seu limite, a crítica à pós-verdade e às *fake news* deveria acarretar a abolição da própria mídia. É claro que esse já não é mais o interesse da mídia: a crítica precisa parar antes disso. Com efeito, esse é precisamente um dos aspectos que, de acordo com a mídia, devem ficar fora do recorte.

A “novidade” que querem transformar em um escândalo, como de costume, é que aqueles que deveriam ser os destinatários, no máximo, participativos das verdades postas à venda no mercado pela mídia, de repente, começaram a fazer por conta própria a mesma coisa que a mídia desde sempre tinha feito. Aliás, a mídia se fez fazendo isso: produzindo a verdade. E não há nenhuma culpa do jornalista nisso; o que ele faz, ao fazer a verdade diária, ou hebdomadária, não é propriamente uma maldade. Premido pela lógica espaço-temporal do furo de reportagem, ou seja, tendo em vista que tempo e espaço são dinheiro, o discurso midiático caracteriza-se, necessariamente, por um déficit de verificação fática e, por vezes, até mesmo de validade lógica. Os jornalistas fazem isso porque sabem, e fizeram disso uma profissão – possivelmente tanto quanto os pastores –, que independentemente desse detalhe que é o seu déficit necessário de veracidade, um discurso pode produzir efeitos de verdade ali onde realmente conta, que não é na universidade – condomínio privado devidamente cercado destinado àqueles que desejem perder suas vidas digladiando-se pela verdade –, mas no imaginário da massa.

A verossimilhança é plenamente suficiente para se conquistar os corações e as mentes das massas. Nisso, o gênero jornalístico aproxima-se definitivamente mais da retórica e do direito que da ciência (embora, de acordo com a mídia, isso não deva ser dito). Pretendendo compensar esse déficit *sine qua non*, o discurso midiático remete constantemente para fora de si mesmo. Faz parte das regras de seu jogo que o jornalista não seja (quase) nunca a testemunha, nem tampouco a autoridade. É a isso que em geral se chama de isenção jornalística. Seja como for, divulgar como verdadeira uma afirmação sem saber se ela é efetivamente verdadeira é essencial para o gênero midiático. A questão gira aqui em torno da gestão do significado do que é “efetivamente verdadeiro”. E é evidente que o jornalismo caracteriza-se por uma lassidão muito maior a esse respeito do que a ciência.

Ocorre que agora, não faz muito tempo, num acirramento de um processo que se iniciou há muito tempo e que teve um de seus ápices na já desatualizada Web 2.0 (redes sociais, blogosfera, wikis), o usuário ordinário da internet, mesmo sem se dar conta disso na maioria das vezes, vê-se munido de um poder que, em princípio, segundo a mídia, deveria ser, exclusivo

dela. Esta, portanto, revida de imediato, declinando um estilo acusatório um tanto artificioso, como de praxe, a fim de advogar em causa própria, de uma maneira que evidentemente se aparta de qualquer isenção possível.

À *la Zola*, a imprensa vai à imprensa para denunciar algo que seria como um estado de exceção da multidão dos internautas, uma usurpação do Quarto Poder pela massa de comunicação amorfa e perniciosamente tendente à delinquência cibernética, cujo exemplo mais terrível seria aquele dos *hackers black blocks*. É nesse ponto que a pós-verdade e as *fake news* compõem o panorama do que Assange chama de “infoapocalipse”, com seus quatro cavaleiros: o narcotráfico, o tráfico de armas, a pedofilia e o tráfico de seres humanos, que supostamente dominariam a *Deep Web*, embora não se saiba ao certo. O que se sabe ao certo é que o discurso catastrofista tem grande força retórica, desde tempos imemoriais. É como se, depois de séculos vendendo as verdades que produz, a mídia nos dissesse: “Ei, esse negócio de fabricar verdade e inventar fatos não é de vocês. Vocês deveriam consumir isso e não produzir. Fomos nós que chegamos primeiro! Vocês pensam que é fácil?” E, passando do tom de ameaça ao vaticínio: “A verdade de vocês não é verdade como a nossa, pois não passa de uma pós-verdade, isto é, uma pré-mentira”. Aí eles filosofam, muito embora em geral, para eles, o deslizamento filosofante seja o que há de mais incompatível com o formato da notícia.

O conceito de “pós-verdade” pertence à estratégia de sobrevivência da mídia decadente e obsoleta do nosso tempo. É um discurso não se dissocia da ideia de que eles, os produtores das aparências das aparências, as plataformas de espetáculos, é que seriam os guardiões da verdade. Seja como for, a tendência cujo anúncio se formula com esse conceito de pós-verdade, pouco importa de onde ele tenha vindo, é de que a abolição, mais ou menos rápida, da propriedade midiática privada da verdade já está em curso. Com efeito, ela constitui um movimento, um descarrilamento, um arrebitamento que, cedo ou tarde, nem o Quarto Poder vai conseguir conter.

Parece-nos que é aí que a questão da “pós-verdade” se coloca da maneira mais aguda. A velha e pesada armação conceitual da crítica à ideologia já não nos ajuda. Seria preciso deixar de pensar em termos de *ideologia/ciência* e passar a pensar em termos de *verdade/poder*. Desse modo, as chamadas *fake news* não estariam mais para a ideologia assim como as *news* estão para ciência. Tanto *news* quanto *fake news* são verdades produzidas por relações de poder, de modo que *o critério correspondencial de verdade não ajuda a distingui-las*. Por certo, é preciso um critério para distingui-las, *mas qual?* Dizer simplesmente que a esquerda lida com dados reais, fatos e verdades enquanto a direita nos manipula com notícias falsas, ilações e mentiras é fácil demais para ser verdadeiro. Mulher, a verdade tem mais caprichos e pudores que isso.

Além disso, uma partilha tão simplória do verdadeiro e do falso entre a esquerda e a direita não é nem um pouco interessante do ponto de vista estratégico.

Aqui, é novamente a concepção perspectivista de verdade que nos ajuda a explicar o que se passa. Todo discurso, enunciado, informação está sempre ligado a um interesse e nessa medida se articula sempre como um instrumento de poder, como uma arma de luta. Pode-se falar, então, sobretudo no campo da política, de armas discursivas e de batalhas discursivas. Um discurso é uma representação da realidade, um recorte de um todo que não podemos captar em sua inteireza. Do ponto de vista do que seria a “realidade objetiva”, esse recorte se faz arbitrariamente. Mas tal recorte é sempre feito em função de um interesse de um interesse vital, ou ainda, do que está em jogo para a manutenção e para a expansão de uma forma de vida. Nesse sentido, todo conhecimento, toda verdade, toda ciência é ideológica. Não se pode nem é preciso contrapor ciência a ideologia, discurso ideológico a discurso não-ideológico, a pureza da verdade ao lamaçal dos interesses. É legítimo ter interesses e lutar por eles. É legítimo apresentar a realidade em função de seus interesses, a partir de sua perspectiva. Dado que não há perspectiva única, que não é possível que todos olhemos o mundo a partir de um mesmo ponto de vista, estas perspectivas estarão sempre em combate. Verdade é a resultante dessas interações conflituais entre perspectivas e como tal ela jamais será desvinculada das relações de poder. Essa resultante vale para todas as perspectivas, mas apenas circunstancialmente, isto é, até que uma nova perspectiva venha desafiá-la. Nenhuma perspectiva permanece na posição  $\alpha$  para sempre, exceto aquela que defende que  $\alpha = 0$ , isto é, que se contradiz e se auto-anula. Isso autoriza dizer que há uma trama de relações de poder na base de articulação de todo discurso, de todo enunciado, de toda verdade.

#### **4. Por uma ética perspectivista**

Existe, entretanto, uma diferença básica entre perspectivas. Há aquelas que expõem o interesse que as orienta e aquelas que tentam escamotear esse interesse para se fazer valer. Aliás, cabe dizer que escamoteamento, ocultação, abstração são potentes mecanismos ideológicos. Se as relações de poder são escamoteadas por um dos polos da relação, este tem chances de fazer prevalecer seu interesse de modo quase absoluto. O modo por excelência de absolutizar o poder que existe em uma relação é omiti-lo, agir como se não se tratasse de uma relação de poder. Cumpre à crítica denunciar tais escamoteamentos onde quer que eles ocorram, fazendo ver o conteúdo agonístico latente nas relações.

De outro lado, cabe propor algo e sempre se propõe algo quando se concebe um recorte da realidade, uma perspectiva, um conceito, quando se elabora uma notícia ou uma reportagem.

Que ética decorreria do que foi dito? Ético, neste caso não é ser isento, objetivo, imparcial, neutro, mas perceber o interesse a que nos vinculamos e não omiti-lo. A ideia básica é que é mais legítimo dizer a que viemos sem subterfúgios e apresentar o mundo de nosso ponto de vista, de acordo com nosso interesse, de modo sincero, ainda que isso possa parecer por vezes uma atitude ingênua ou cínica. É mais legítimo ser sincero e revelar, de saída, o interesse implicado, do que procurar esconder esse interesse por trás de uma suposta isenção que, com efeito, só tem em vista impor, na surdina, um interesse dissimulado. O erro não está em ter um interesse nem tampouco em procurar fazê-lo valer sobre outros interesses. Isso decorre do caráter perspectivo das coisas. A falta está na hipocrisia de uma objetividade de fachada, na tentativa de omitir o aspecto experimental, temporário, precário, nunca definitivo das verdades humanas, demasiado humanas, para assim fazer com que uma, apenas uma perspectiva seja tida como verdade.

Parece-nos que temos aqui uma pista no sentido da elaboração de algo como uma de uma ética perspectivista, aplicável, em particular, às práticas dos cientistas sociais e dos profissionais da mídia, mas não apenas a eles. Nessa ética perspectivista, uma sinceridade imprudente adquire mais valor que a verdade supostamente desinteressada. Tal ética perspectivista conteria, entre outras coisas, como um capítulo de abordagem aplicada, um manual não de combate às *fake news* e à pós-verdade, mas de uso da mídia e da verdade. Nem é preciso dizer o quanto esse manual seria precioso para as práticas de resistência na contemporaneidade. Por enquanto, todavia, ele não é mais do que uma pista.

### Referências bibliográficas

ASSANGE, Julian. *Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet*. São Paulo: Boitempo, 2013.

DUNKER, Christian; SAFATLE, Vladimir; TIBURI, Márcia et al (orgs.). *Ética e pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. 4.ed. Rio de Janeiro: NAU, 2013.

\_\_\_\_\_. *História da loucura*. 10.ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

KIRKHAM, Richard. *Teorias da verdade*. São Paulo: Loyola, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. *Kritische Studienausgabe*, v. XII. Munique: W. de Gruyter, Deutscher Taschenbuch Verlag, 1980.

OXFORD LEARNERS DICTIONARIES. *Post-truth*. Disponível em: <<https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/post-truth>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

SENADO FEDERAL. *CPMI – Fake News*. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?0&codcol=2292>>. Acesso em: 15 jun. 2021.